

De 26 de fevereiro a 04 de março de 2016 - Edição nº 036

UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES É DISCUTIDA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Debatedores divergiram mais uma vez, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (1º), sobre a unificação das polícias civis e militares.

O relator da comissão, deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP), ressaltou a importância da discussão para que se apresente um relatório que traga transformações para a segurança pública.

“Esse trabalho da comissão especial é para ouvirmos e procurarmos um caminho. Temos que melhorar a questão da segurança pública”, afirmou o deputado após momentos de conflito durante audiência da comissão especial que analisa a unificação das duas polícias.

O vice-presidente jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) e presidente da Ade-



pol-RJ, Wladimir Sérgio Reale, afirmou que o assunto é discutido há 25 anos e ainda não obteve resultados. “O governo federal encontra saídas intermediárias. Vários debates do mesmo

assunto foram realizados desde o ano de 1991, não houve acordo e foi arquivada. É uma questão antiga”, lembrou.



Regulamentação

O assessor institucional da Polícia Civil e diretor de Assuntos Parlamentares do Sindepo, Kleber Luiz da Silva Junior, destacou que não existem leis efetivas que garantam os direitos dos policiais civis e militares. “Em toda a sua existência, a polícia não conhece um marco regulatório. Aumentam o financiamento para a área da saúde, mas esquecem da segurança pública. O Estado se omitiu e virou as costas para suas polícias e para os destinatários dos nossos serviços”, reclamou.

Na avaliação de Kleber, há ques-

tões prioritárias na categoria que devem ser resolvidas antes de uma possível unificação. “A sociedade não tem conhecimento de que não nos é dado todos os instrumentos de que nós necessitamos para o desenvolvimento de nossas funções. Os delegados não têm acesso às informações mínimas para investigações.” Dito isso, o assessor afirmou que, antes da unificação, é necessário apresentar mecanismos que viabilizam a maior integração das polícias visando sempre a segurança pública.

Em crítica à atual segurança pública do País, Kleber relatou que um Estado ideal dita regras de comportamento ao indivíduo e relata as consequências do não cumprimento dessa lei. Porém, atualmente, no Brasil, o crime é quem diz “o que o indivíduo pode ter, que horas pode sair de casa, como deve se comportar em lugares públicos. Vivemos em prisões priva-

FONTE AGÊNCIA CÂMARA : <http://goo.gl/Lk4Ttk>

ENTIDADES DE CLASSE MANIFESTAM PREOCUPAÇÃO COM OS MOTIVOS DA SAÍDA DO MINISTRO DA JUSTIÇA

Nesta semana, a notícia da saída do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pegou de surpresa as entidades de classe da segurança pública de todo o país. As Entidades Integradas se manifestaram sobre o assunto por meio de nota oficial. As rádios Band News FM Brasília e a CBN Brasília leram a nota na íntegra na manhã desta segunda-feira, 29.

“A Associação e o Sindicato dos Delegados de Polícia do DF ratificam a nota emitida pela ADPF e afirmam que os Delegados de Polícia do Distrito Federal entendem que independência funcional para a livre condução da investigação criminal e a autonomia das Polícias Judiciárias, são condições essenciais para a manutenção do estado de direito e efetivo meio de preservação de uma sociedade livre e democrática. O fortalecimento das polícias judiciárias como polícias de Estado, livres de pressões externas ou de orientações político-partidárias é um necessário avanço para o sistema de justiça criminal como um todo, além de se revelar uma enorme conquista para a população brasileira”.

NA MÍDIA

ENTIDADES INTEGRADAS NA LUTA PELO AUXÍLIO-MORADIA

A Polícia apresenta suas armas

O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil (Sindepoc) aposta alto na briga para manter o auxílio-moradia para todas as categorias da Polícia Civil. A entidade escalou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no DF (OAB-DF), Juliano Costa Couto (foto), para defender a legalidade do benefício. Ele trabalha argumentos para rebater a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público do DF, contra o adicional nos salários dos policiais. Nesse embate, Costa Couto terá em seu auxílio o desembargador aposentado Edson Smaniotto.

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press - 23/1/15



R\$ 3,6 mil para moradia

É de R\$ 3,6 mil o valor defendido pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Civil (Sindepoc) como auxílio-moradia para todos os policiais civis do DF, inclusive os aposentados. O presidente da entidade, Benito Tiezzi, argumenta que esse montante é equivalente ao que coronéis da Polícia Militar recebem. O custo anual pode chegar a R\$ 240 milhões, apenas considerando quem está na ativa. Mas o discurso da categoria é: policiais e bombeiros militares têm. Por que não os civis? O governo diz que não tem dinheiro.

CORREIO BRAZILIENSE

Reportagem do CB : <http://goo.gl/8dUU3u>

Leia: <http://goo.gl/7VRxcq>

ADEPOL E SINDEPO NA CASA CIVIL



Na tarde desta quarta-feira, 02, as diretorias das entidades integradas Adepol & Sindepo, juntamente com o Sinpol, estiveram reunidas com o chefe da Casa Civil, Sérgio Sampaio, para tratar da equiparação salarial com a Polícia Federal, do auxílio-moradia e da nomeação dos novos delegados e dos aprovados no último concurso da Polícia Civil do DF.

Houve entendimento do governo em relação às demandas e a iniciativa de levar ao governador, Rodrigo Rollemberg, as questões apresentadas, bem como o estabelecimento de linha direta de tratativas.

A reunião foi promovida por intermédio do deputado distrital Claudio Abrantes (PT).

FEMINICÍDIO COMPLETA UM ANO



O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, Benito Tiezzi, participou na tarde desta quinta-feira, 03, de entrevista sobre um ano de sanção da Lei nº 13.104/15 – que inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. A reportagem será exibida em breve na TV Câmara.

MESTRADO INTERNACIONAL

As Entidades Integradas celebraram convênio com a Faculdade de Tecnologia de Anápolis – GAP – com intuito de obter descontos no investimento em curso de mestrado internacional, em Gestão Empresarial, com possibilidade de dupla certificação (Portugal e Brasil), a ser realizado no Auditório do Clube da Adepol/DF.

Como salientado pelos promotores, apesar de o mestrado ser em Gestão Empresarial, o curso foi modulado para atender interessados da área pública, com a viabilidade de desenvolvimento da linha de pesquisa em Gestão Pública.

O investimento do curso, para associados, foi definido em:

- Taxa de inscrição R\$ 100,00 (cem reais)
- 24 parcelas de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais)
- €3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta euros - Universidade Lusófona de Portugal)



O curso se desenvolverá em aulas mensais, uma vez ao mês e em finais de semana, totalizando 15 módulos. Todos os professores possuem doutorado e dois deles são doutores internacionais. Essa fase garantirá ao aluno o MBA Executivo Internacional em Gestão Empresarial.

A segunda fase é a defesa da tese que se realizará em Lisboa - Portugal, onde o aluno obterá o grau de Mestre pela Universidade Lusófona.

O mestrado pode ser validado no Brasil. A GAP orienta o procedimento de validação por universidades nacionais, não estando os valores incluídos no custo de investimento supracitado.



English - Español

FISK FISK INGLÊS E ESPANHOL É FISK

MATRÍCULAS ABERTAS

FISK ÁGUAS CLARAS 34351590 OU
81492507

FISK TAGUTINGA SUL 34561652 OU 33564070
8354-4237

DESCONTOS ESPECIAIS PARA OS FILIADOS DA ADEPOL E DO SINDEPO

CONSELHO EDITORIAL

Presidente da ADEPOL: Dr. José Werick de Carvalho

Presidente do SINDEPO: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi

Diretor de comunicação: Ronney Matsui

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

Jornalista responsável: Taynara Melo

Diagramação: Kátia Karina

Facebook: <https://www.facebook.com/AdepoleSindepodf>

Facebook: <https://www.facebook.com/QueroSerDelegadoOFICIAL>

Twitter: @AdepolSindepodf

E-mail: imprensa@adepolsindepodf.org.br

ADEPOL-DF (61) 3233-0068

SINDEPO-DF (61) 3234-0575